

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão Integração - Sicredi Integração
PR/SC**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração
PR/SC
Lapa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 8 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

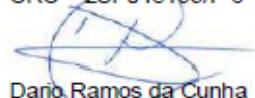
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE		322.953	247.621	CIRCULANTE		126.747	111.825
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	4.604	3.665	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	70.934	59.927
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		201.613	136.594	Depósitos à Vista		45.343	37.461
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		4	-	Depósitos a Prazo		25.591	22.466
Correspondentes no País		622	683	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		40.260	38.937
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	200.987	135.911	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	331
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	106.621	98.228	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	40.260	38.606
Operações de Crédito		117.936	108.314	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		228	223
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.315)	(10.086)	Recursos em Trânsito de Terceiros		228	223
OUTROS CRÉDITOS		9.408	8.729	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	2.008	2.107
Créditos por Avalis e Fianças Honrados		3	22	Empréstimos País - Outras Instituições		2.008	2.107
Rendas a Receber		574	741	OUTRAS OBRIGAÇÕES		13.317	10.631
Diversos	(NOTA 07)	8.963	8.076	Cobrança e Arrecadação de Tributos		37	36
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(132)	(110)	Sociais e Estatutárias		771	676
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	707	405	Fiscais e Previdenciárias		1.046	1.047
Outros Valores e Bens		674	362	Diversas	(NOTA 14)	11.463	8.872
(Provisão para desvalorização)		-	(3)				
Despesas Antecipadas		33	46				
NÃO CIRCULANTE		45.454	43.800	NÃO CIRCULANTE		205.513	149.313
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.107	31.348	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		205.513	149.313
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	528	31	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	197.939	140.144
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		528	31	Depósitos a Prazo		197.939	140.144
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	32.578	31.222	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	4.171	5.410
Operações de Crédito		37.199	35.902	Repasses Interfinanceiros		4.171	5.410
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.621)	(4.680)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	3.403	3.759
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	1	95	Diversas		3.403	3.759
Diversos		1	95				
PERMANENTE		12.347	12.452	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.147	30.283
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	5.019	5.019	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	17.509	15.383
Outros Investimentos		5.019	5.019	De Domiciliados no País		17.526	15.392
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	5.154	5.609	(Capital a Realizar)		(17)	(9)
Imóveis de Uso		212	52	RESERVAS DE SOBRAS		18.123	14.537
Outras Imobilizações de Uso		8.325	8.274				
(Depreciação acumulada)		(3.383)	(2.717)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		515	363
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.174	1.824				
Outros Ativos Intangíveis		3.700	3.031				
(Amortização acumulada)		(1.526)	(1.207)				
TOTAL DO ATIVO		368.407	291.421	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		368.407	291.421

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	21.362	-	21.362	42.104	7	42.111	38.329	2	38.331
Operações de Crédito	21.328	-	21.328	42.055	7	42.062	38.326	2	38.328
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	34	-	34	48	-	48	1	-	1
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(20.330)	(181)	(20.511)	(38.397)	(293)	(38.690)	(31.507)	(235)	(31.742)
Operações de Captação no Mercado	(12.656)	(33)	(12.689)	(23.132)	(46)	(23.178)	(15.445)	(19)	(15.464)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.763)	(148)	(1.911)	(3.642)	(247)	(3.889)	(3.018)	(216)	(3.234)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.911)	-	(5.911)	(11.623)	-	(11.623)	(13.044)	-	(13.044)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.032	(181)	851	3.707	(286)	3.421	6.822	(233)	6.589
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	1.152	1.431	2.583	(886)	2.655	1.769	(5.769)	2.812	(2.957)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.326	3.162	4.488	2.515	5.579	8.094	2.727	3.864	6.591
Rendas de Tarifas Bancárias	2.372	-	2.372	4.530	-	4.530	3.196	1	3.197
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.306)	(615)	(7.921)	(14.528)	(998)	(15.526)	(12.639)	(858)	(13.497)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(5.927)	(707)	(6.634)	(12.057)	(1.230)	(13.287)	(10.631)	(1.143)	(11.774)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(295)	(306)	(14)	(437)	(451)	(1)	(374)	(375)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	14.863	145	15.008	26.945	173	27.118	18.322	1.702	20.024
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(4.165)	(259)	(4.424)	(8.277)	(432)	(8.709)	(6.743)	(380)	(7.123)
RESULTADO OPERACIONAL	2.184	1.250	3.434	2.821	2.369	5.190	1.053	2.579	3.632
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(30)	1	(29)	394	(3)	391	504	(3)	501
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.154	1.251	3.405	3.215	2.366	5.581	1.557	2.576	4.133
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(292)	(292)	-	(739)	(739)	-	(771)	(771)
Provisão para Imposto de Renda	-	(167)	(167)	-	(426)	(426)	-	(462)	(462)
Provisão para Contribuição Social	-	(125)	(125)	-	(313)	(313)	-	(309)	(309)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.154	959	3.113	3.215	1.627	4.842	1.557	1.805	3.362
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.502	(1.502)	-	1.633	(1.633)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.154	959	3.113	4.717	125	4.842	3.190	172	3.362
DESTINAÇÕES	-	-	-	(4.202)	(125)	(4.327)	(2.827)	(172)	(2.999)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(486)	-	(486)	(429)	-	(429)
Fates - Estatutário	-	-	-	(129)	-	(129)	(91)	-	(91)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(125)	(125)	-	(172)	(172)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.930)	-	(1.930)	(1.362)	-	(1.362)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.248)	-	(1.248)	(354)	-	(354)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(409)	-	(409)	(591)	-	(591)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	515	-	515	363	-	363

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC
 CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	13.619	12.230	176	26.025
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	176	-	(176)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.557	-	-	1.557
Baixas de capital	(394)	-	-	(394)
Resultado do período	-	-	3.362	3.362
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(91)	(91)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(172)	(172)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.362	(1.362)	-
Juros sobre o Capital Próprio	425	-	(429)	(4)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	354	(354)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	591	(591)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	15.383	14.537	363	30.283
Mutações do Período	1.764	2.307	187	4.258
Saldos no início do período em 01/01/2016	15.383	14.536	363	30.282
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	360	-	(360)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.758	-	-	1.758
Baixas de capital	(474)	-	-	(474)
Resultado do período	-	-	4.842	4.842
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(129)	(129)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(125)	(125)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.930	(1.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	482	-	(486)	(4)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.248	(1.248)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	409	(409)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	17.509	18.123	515	36.147
Mutações do Período	2.126	3.587	152	5.865
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	16.113	14.536	1.729	32.378
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.137	-	-	1.137
Baixas de capital	(223)	-	-	(223)
Resultado do período	-	-	3.113	3.113
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(129)	(129)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(125)	(125)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.930	(1.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	482	-	(486)	(4)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.248	(1.248)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	409	(409)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	17.509	18.123	515	36.147
Mutações do Período	1.396	3.587	(1.214)	3.769

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.066	7.369	6.492
Resultado do semestre/exercício	3.113	4.842	3.362
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	953	2.527	3.130
(Reversão) Provisão para operações de crédito	659	1.170	2.164
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(8)	(3)	(67)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(31)	22	37
Depreciação do imobilizado de uso	453	907	800
Amortização do intangível	174	319	265
Baixas do ativo permanente	38	80	200
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	21	219	88
Destinações ao FATES	(254)	(254)	(263)
Dividendos SicrediPar	(99)	67	(94)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	117	58.569	38.664
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(34)	(497)	(31)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.759	(4)	2
(Aumento) Redução em créditos vinculados	26	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(126)	61	(428)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(25.223)	(10.919)	(3.843)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	7.789	83	4.692
(Aumento) Redução em outros créditos	(517)	(675)	(2.098)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(363)	(300)	(126)
Aumento (Redução) em depósitos	13.637	68.804	40.687
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(208)	5	19
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	110	(99)	76
Absorção de despendos pelo FATES	(174)	(263)	(317)
(Redução) Aumento em outras obrigações	1.441	2.373	31
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	4.183	65.938	45.156
Aquisição de Imobilizado de Uso	(60)	(532)	(1.320)
Aplicações no Intangível	(132)	(668)	(880)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(192)	(1.200)	(2.200)
Integralização de capital	1.137	1.758	1.557
Baixa de capital	(223)	(474)	(394)
Juros ao capital próprio	(4)	(4)	(4)
Distribuição de Sobras	-	(3)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	910	1.277	1.159
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.901	66.015	44.115
Caixa e equivalente de caixa no início do período	200.690	139.576	95.461
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	205.591	205.591	139.576

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 16/05/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias", bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa. Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANCO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	247.665	(44)	247.621
OUTROS CRÉDITOS	8.773	(44)	8.729
Diversos	8.120	(44)	8.076
Ativo Não circulante	43.756	44	43.800
OUTROS CRÉDITOS	51	44	95
Diversos	51	44	95
Passivo circulante	111.825	-	111.825
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.631	-	10.631
Fiscais e Previdenciárias	2.165	(1.118)	1.047
Diversas	7.754	1.118	8.872

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e DESPESAS OPERACIONAIS	2.957	-	2.957
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.727	(136)	6.591
Rendas de Tarifas Bancárias	3.061	136	3.197
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	38.695	(31)	38.664
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	45.187	(31)	45.156
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.231)	31	(2.200)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	4.604	3.665
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	200.987	135.911
Total	205.591	139.576

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	528	31
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	528	31
Total realizável a longo prazo	528	31

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	56.648	26.218	82.866	76.902
Financiamentos	19.990	6.553	26.543	21.508
Financiamentos rurais e agroindustriais	41.298	4.428	45.726	45.806
Carteira total	117.936	37.199	155.135	144.216

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	3	-	3	22
Devedores por compra de valores e bens	49	-	49	142
Títulos e créditos a receber (i)	5.661	1	5.662	4.500
Total	5.713	1	5.714	4.664

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	96.099	83.714	480	419
Nível B	1,00	31.357	25.855	314	259
Nível C	3,00	7.146	9.954	214	298
Nível D	10,00	8.168	11.554	817	1.155
Nível E	30,00	3.228	3.944	969	1.183
Nível F	50,00	2.104	3.757	1.052	1.879
Nível G	70,00	1.750	1.394	1.225	975
Nível H	100,00	10.997	8.708	10.997	8.708
Total (i)		160.849	148.880	16.068	14.876

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.708	16.822	33.841	19.313	72.684	61.454
Rural	603	7.141	33.554	4.428	45.726	45.806
Industrial	107	941	771	1.846	3.665	3.282
Comércio	965	6.086	6.080	5.255	18.386	19.987
Outros Serviços	731	6.745	6.554	6.358	20.388	18.351
Total	5.114	37.735	80.800	37.200	160.849	148.880

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	12.484	7,76	11.833	7,95
50 devedores seguintes	31.277	19,44	26.585	17,86
100 devedores seguintes	25.503	15,86	23.197	15,58
Demais	91.585	56,94	87.265	58,61
Total	160.849	100	148.880	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	14.876	12.675
Constituição de provisão	11.623	13.044
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.431)	(10.843)
Saldo final	16.068	14.876

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.095 (2015 - R\$ 992), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.170 (2015 - R\$ 13.889).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	123	105
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.170	881
Devedores por compra de valores e bens	49	92
Devedores por depósitos em garantia	1.414	1.242
Impostos e contribuições a compensar	40	516
Títulos e créditos a receber	5.661	4.499
Valores honrados	22	16
Operações com cartões	18	76
Pendências a regularizar	23	440
Outros	443	209
Total Circulante	8.963	8.076

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	44
Devedores por compra de valores e bens	-	50
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	95

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	674	362
Imóveis	674	150
Veículos e afins	-	182
Bens em regime especial	-	30
Despesas antecipadas	33	46
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(3)
Total Circulante	707	405

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.817	2.817
Sicredi Participações S.A.	2.201	2.201
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	5.019	5.019

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	708.542 ON	708.542 ON	1	1	2.816.982	2.816.982
	1.492.325 PN	1.492.325 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,25%	0,27%	0,63%	0,72%	1,77%	1,82%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	-	-	-
Valor do investimento	2.201	2.201	1	1	2.817	2.817

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.537	(3.383)	5.154	5.609
Imobilizações em curso	-	5	-	5	24
Terrenos	-	212	-	212	52
Instalações	10%	3.468	(1.120)	2.348	2.625
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.781	(981)	1.800	2.096
Sistema de comunicação	10%	46	(11)	35	40
Sistema de processamento de dados	20%	1.496	(1.006)	490	600
Sistema de segurança	10%	205	(144)	61	73
Sistema de transporte	20%	324	(121)	203	99
Intangível (i)	5% a 15%	3.700	(1.526)	2.174	1.824
Investimentos Confederação		3.700	(1.526)	2.174	1.824
Total		12.237	(4.909)	7.328	7.433

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	45.343	-	-	45.343
Depósitos a prazo	12.322	13.269	197.939	223.530
Total	57.665	13.269	197.939	268.873
				200.071

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	40.260	38.606
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	40.260	38.606
Total circulante	40.260	38.606
Recursos do Crédito Rural	4.171	5.410
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.171	5.410
Total exigível a longo prazo	4.171	5.410

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 30/06/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	2.008	2.107
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.008	2.107
Total circulante	2.008	2.107

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015 (Reapresentado)
Obrigações por convênios oficiais	-	4
Provisão para pagamentos a efetuar	2.541	1.996
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.580	1.361
Provisão para coobrigações (i)	405	365
Juros dívida subordinada (ii)	350	-
Pendências a regularizar	80	195
Operações com cartões	5.564	4.250
Demais fornecedores	283	275
Credores diversos	660	426
Total circulante	11.463	8.872
Principal dívida subordinada (ii)	3.403	3.759
Total exigível a longo prazo	3.403	3.759

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	213	167	(16)	364
Cível	30	22	(10)	42
Tributária	1.118	56	-	1.174
Total	1.361	245	(26)	1.580

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	364	213
Cível	Provável	42	30
Tributária (i)	Provável	1.174	1.118
Total		1.580	1.361

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 72 e R\$ 380 (2015 - R\$ 8 e R\$ 108), respectivamente.

(i) Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo 1999.70.00.030835-1 desde 11/12/1999. O processo foi devolvido ao TRF da 4ª região, onde ficará sobrestado, aguardando o julgamento do STF no caso paradigmático sobre a matéria de Incidência de Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os ingressos financeiros auferidos pela Cooperativa (RE 598.085/RJ). O montante em discussão alcança R\$ 1.174, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerável provável.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	17.509	15.383
Total de associados	25.571	22.438

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.126 (2015 – R\$ 1.764), sendo R\$ 842 (2015 – R\$ 601) via integralização de resultados e R\$ 1.758 (2015 – R\$ 1.557), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 474 (2015 – R\$ 394).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3% em Conta Capital, no montante de R\$ 486, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Integração - Sicredi Integração PR/SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 409 (R\$ 591 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Sendo que essa receita não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2016 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	5.581	4.133
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(2.344)	(1.736)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	11	28
Provisão resgate milhas cartão	2	32
Provisão de PPR	20	9
Receita com atos cooperativos	1.350	623
Juros sobre o capital próprio	204	172
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	37
Outros	18	64
Subtotal	1.605	965
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(739)	(771)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	528	31
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	200.987	135.911
Outros Créditos - Rendas a receber	382	455
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.373	942
Investimentos (Nota 09)	5.019	5.019
Intangível (Nota 10)	2.174	1.824
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	44.431	44.016
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.008	2.107
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	5.411	4.326
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	3.753	3.759
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	47	1
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	2.008	135
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	24.836	15.495
Receita não operacional- Doação SFG (Nota 17)	409	591
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.889	3.235
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	705	543
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	5.198	4.427

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	59	0,13%	92
Depósitos a prazo	1.795	0,80%	843
Operações de crédito	1.370	0,88%	909

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.694	1.456

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 13.287 (2015 - R\$ 11.774), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.203	1.705
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	24.477	15.035
Reversão de provisões operacionais	821	1.342
Outras rendas operacionais	617	1.942
Total	27.118	20.024

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.059	432
Contribuição O.C.E.	81	71
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	539	397
Contribuição Confederação Sicredi	3.458	2.967
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	641	723
Encargos da administração financeira	133	101
Repasso Administradora de Cartões	425	237
Outras provisões operacionais	768	411
Outras despesas operacionais	1.605	1.784
Total	8.709	7.123

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	17.885	17.967
Total	17.885	17.967

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	35.130	29.808
Capital principal - CP	35.130	29.808
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	18.123	14.537
Lucros acumulados	515	363
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.017	474
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	3.002	3.759
Ativo classificado como dívida subordinada	3.002	3.759
Total do capital qualificado	38.133	33.567
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	24.411	22.989
Índice sobre o PR considerando a RBAN	16,53%	16,30%
Situação para o limite de imobilização	6.312	6.960
Índice de imobilização (limite 50%)	16,55%	20,74%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rafael Augusto Berwig Preis
Diretor Executivo
CPF: 968.639.439-72

Andrea Carneiro de Siqueira
Diretora de Operações
CPF: 018.768.019-13

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72